

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**TEXTO COMPILADO**

**RESOLUÇÃO TJ/OE nº 40/2013**

**Estabelece regras para abertura de edital, concorrência e julgamento dos pedidos de remoção e promoção de magistrados.**

**\*Observar art. 26 da**[**Resolução TJ/OE nº 25**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=196633&integra=1)**, de 05/09/2016\***

A Desembargadora LEILA MARIANO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que foi decidido na sessão do Órgão Especial do dia 07 de outubro de 2013 (Processo nº [2013/180935](http://www.tjrj.jus.br/scripts/weblink.mgw?MGWLPN=CONSULTA&PGM=WEBACPN96&PORTAL=1&LAB=PROTxWEB&WEB=SIM&PROC=2013180935&NUMERO=S))

CONSIDERANDO que a administração de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos "princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência" (CR/88, art. 37, caput);

CONSIDERANDO o disposto na [Resolução CNJ nº 106, de 06 de abril de 2010](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_106_06042010_11102012191157.pdf);

CONSIDERANDO que cabe ao Órgão Especial estabelecer regras claras tendentes a promover racionalidade e eficiência nas atividades judicantes, levando também em conta os indicadores estatísticos de distribuição de processos e a garantia de presença do Poder Judiciário acessível à população.

RESOLVE:

Art. 1º Os editais para promoções e remoções deverão ser abertos, na ordem em que se vagarem os cargos de juiz de direito e desembargador, respeitada a alternância entre merecimento e antiguidade a partir da última vaga provida.

§ 1º Os cargos criados e os que se vagarem deverão ser oferecidos uma vez para remoção, antes de serem oferecidos para promoção.

§ 2º Vagando-se o cargo de desembargador, os desembargadores interessados em remoção deverão requerê-la-à Administração no prazo de cinco dias, a contar da publicação de edital, após o que será o mesmo oferecido em edital de promoção.

§ 3º Removido o Desembargador, sua vaga será oferecida diretamente à promoção.

§ 4º A remoção de Desembargador, direta ou por permuta, poderá ser deferida pela Presidência, ad referendum do Órgão Especial, observada a ordem de antiguidade, não sendo conhecido o pedido no caso em que a remoção inviabilizar o funcionamento da Câmara de origem do requerente, hipótese em que também será vedada a permuta.

Art. 2º Mediante proposta fundamentada, submetida ao Órgão Especial, poderá ser excluído temporariamente da remoção/promoção o cargo vago, em razão de relevante interesse da Administração.

Parágrafo único O relevante interesse da Administração deverá ser fundamentado objetivamente nos seguintes dados:

I. Distribuição mensal de feitos, analisada em relação a unidades judiciárias de semelhante competência material e territorial;

II. Acervo;

III. Existência de cargo de juiz, provido ou não, na região, apto a absorver a demanda de serviço judiciário;

IV. Acesso físico à unidade respectiva;

V. Distância da unidade judiciária mais próxima.

Art. 3º Não serão conhecidos os pedidos de remoção ou promoção quando:

I. O magistrado não integrar o primeiro quinto na entrância, salvo inexistindo concorrentes, quando deverão ser observados os quintos sucessíveis;

II. Possuir qualquer processo concluso há mais de trinta dias; injustificadamente, não podendo devolvê lo ao Cartório sem o devido despacho ou decisão;

III. Não possuir curso de aperfeiçoamento em número de horas previstas na [Resolução ENFAM nº 01/2011](http://www.emerj.tjrj.jus.br/portaldomagistrado/paginas/cursos-de-formacao/curso-de-formacao-continuada/arquivos/Resolucao_012011_ENFAM.pdf) e [Ato Regimental nº 03/2011   EMERJ](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140728&integra=1) quando a promoção ou remoção for pelo critério de merecimento ou constar expressamente em edital a exigência de curso específico;

IV. Não possuir para remoção, interstício de dois anos na entrância e um ano no mesmo cargo de Juiz titular ou regional, na sua última movimentação, salvo no caso previsto no parágrafo terceiro deste artigo;

V. Não residir na Comarca da qual é Juiz Titular, salvo autorização do Órgão Especial.

§ 1º No prazo de 24 horas após o encerramento do prazo do edital a Corregedoria Geral de Justiça remeterá aos concorrentes relação de processos conclusos há mais de 30 dias, através do e mail funcional do magistrado, que terá prazo até às 10h00min horas do dia marcado para exame das candidaturas pelo Conselho da Magistratura para regularizar esse acervo e apresentar certidão de correção da informação, subscrita pelo Chefe da Serventia. No mesmo prazo, o candidato poderá solucionar, junto a EMERJ, eventual equívoco no que tange a informação relativa ao curso de aperfeiçoamento.

§2º Considera se regular a notificação do magistrado mesmo quando o e mail remetido retornar em razão de estar sua caixa de mensagens funcional cheia.

§3º A dispensa do interstício somente será possível quando a Administração a fizer constar do edital, após decisão fundamentada que deverá observar os mesmos critérios do parágrafo único do art. 2º, ou ainda, quando, nos juízos de entrância comum, o cargo a ser provido for oferecido por três vezes consecutivas sem candidatos que preencham o requisito do interstício.

§4º Mesmo no caso de ser prevista no edital a possibilidade de dispensa do interstício por qualquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior, qualquer magistrado que preencha o requisito excluirá automaticamente as demais candidaturas que não o façam.

§ 5º A remoção por permuta não será deferida quando houver Juiz que integre o primeiro quinto da respectiva entrância, estiver em via de aposentação, retiver, injustificadamente, autos conclusos além do prazo legal, bem como não possuir dois anos na entrância e um ano no mesmo cargo de Juiz titular ou regional, na sua última movimentação, salvo interesse da Administração.

§ 6º. Somente o tempo de efetivo exercício na jurisdição, excetuadas férias e licenças médicas, contará para efeito de interstício, para quem ingressar em situação de lotação ou designação diversa da sua de origem. (Acrescido pela [Resolução TJ/OE nº 25](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=188588&integra=1), de 20/07/2015)

Art. 4º Os pedidos de desistência das candidaturas deverão ser protocolados, obrigatoriamente, até às 10h00min horas do dia marcado para exame das candidaturas pelo Conselho da Magistratura.

Art. 5º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a [Resolução nº 06/2011](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139971&integra=1) do Conselho da Magistratura e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2014.

(a) Desembargadora LEILA MARIANO

Presidente do Tribunal de Justiça